

“Valorizar o EP em Portugal: romper com as representações sociais”

Seminário «O Ensino Profissionalizante Para Jovens em Portugal: Tensões, desafios e oportunidades em 50 anos de democracia», a decorrer na FPCEUP nos dias 24 e 25 de outubro de 2024.

Participação no Painel intitulado “Valorizar o EP em Portugal: romper com as representações sociais”.

Joaquim Azevedo
UCP

Três advertências iniciais

1.

O conceito de **Ensino Profissional** (CNE, Recomendação de Dezembro de 2021)
O CNE usa o conceito de ensino profissional como a componente do sistema educativo português, situada ao nível secundário de educação e formação, que engloba os percursos de qualificação profissionalizante de dupla certificação, escolar e profissional, desde os cursos profissionais (aqui especialmente tratados), aos cursos artísticos especializados e aos cursos profissionalizantes com “planos próprios” (todos sob tutela do Ministério da Educação), aos cursos de aprendizagem (formação em alternância, sob tutela do Ministério do Trabalho) e aos cursos de hotelaria e turismo (sob tutela do Ministério da Economia).

Conceito de Representações sociais

As representações sociais podem ser entendidas como formas de interação social, de compreensão da realidade social, cognição e linguagem, e da sua comunicação e como elaborações dos sujeitos sociais a respeito dessa mesma realidade (consideramos aqui um objeto socialmente relevante); nessa perspetiva a formação social aqui considerada refere-se aos portugueses residentes em Portugal, que são aqui tomados como produtos e produtores da construção da realidade “ensino profissional” em Portugal (pois as representações são também construções dos sujeitos sobre a realidade).

2.

Faço um balanço bastante positivo da criação e desenvolvimento do EP (hoje frequentado por cerca de 42% dos jovens no nível secundário de ensino e formação) e esclareço a minha implicação no processo: no desenho do novo modelo de ensino e formação de nível secundário, em 1988 e 1989, na condução política e técnica do processo de criação dos cursos profissionais e das escolas profissionais, durante os primeiros cinco anos e na cocriação de escolas profissionais em todo o país, ...)

35 anos depois, podemos afirmar que a criação e o desenvolvimento do EP em Portugal têm constituído um fator decisivo de:

-democratização do acesso ao nível secundário (a par da decisão de tornar este nível de ensino universal e obrigatório, em 2009);

- promoção da igualdade de oportunidades entre os cidadãos, ajudando a diminuir o “abandono escolar precoce”;
- de realização pessoal e profissional de muitos milhares de jovens (já se formam anualmente cerca de 29.000 jovens só nos cursos profissionais) e já se terão qualificado mais de meio milhão de jovens)
- de enriquecimento do desempenho profissional de muitos milhares de cidadãos, com impacto evidente nas suas comunidades, instituições e empresas;

3.

O ensino profissional não pode estar isento de uma abordagem crítica, seja porque:

- continua a ter uma marca de desvalorização social;
- continua a ser uma “via paralela” ao ensino geral/liceal e está é a via que conduz mais diretamente ao ensino superior;
- continua a ser procurado por alunos cujas famílias têm um capital sociocultural e económico mais baixo do que os do ensino geral/liceal;
- seja porque está prisioneiro de um sistema de produção de credenciais que é reprodutor de desigualdades sociais (o sistema escolar instituído).

(o que defendo, fica a nota, é um nível secundário de ensino e formação mais integrado, em que os alunos possam começar o ciclo de estudos num tronco mais comum e depois possam prosseguir por escolhas, que podem ser ou mais artísticas, ou mais tecnológicas ou incidindo mais na formação científica ou mesmo completamente abertas e sujeitas a um sistema de créditos)

Por isso é tão **interessante** este desafio de se pensar a desvalorização do EP em Portugal.

A desvalorização do Ensino profissional: quatro dimensões explicativas e doze fatores.

Considero sucintamente quatro dimensões e dez fatores ou subdimensões para pensar este desafio.

(dimensões: sociocultural, política educacional e escolar, política geral, socioeconómica).

A desvalorização do EP assenta numa constelação de dimensões e fatores, que compreendem todos os cidadãos, de modos diversos, e que importa esclarecer e debater, para se poder passar, mais e melhor, da desvalorização à valorização do EP.

Dimensão sociocultural

1.

Muitas famílias de NSE mais baixo olham para o EP com a seguinte lógica: se esta via não dá para subir socialmente como o ensino geral, então pode não ser a melhor para os nossos filhos.

Famílias de NSE elevado olham para o EP com a seguinte lógica: se não reproduz bem o nosso estatuto socioeconómico, não é bom para os nossos filhos.

2.

O preconceito é generalizado: o EP é algo que existe ao lado do “ensino regular”. Toda a gente repete este conceito, a toda a hora, centenas de milhar de vezes, todos os dias, e ele faz o seu brilhante caminho, repetido por professores, alunos, pais, diretores, agentes da administração pública. Quem o diz não se apercebe que, cada vez que o diz, afirma a **irregularidade** do EP, o que quer que isso seja, pois nem sequer é preciso qualificar e caracterizar a afirmação, basta repeti-la à exaustão.

Até os que vivem e trabalham imersos no EP reproduzem este preconceito e dão “tiros nos pés” a todo o momento.

Dimensão política educacional e escolar

1

O antigo “ensino técnico” era discriminatório, reproduzia um quadro de profundas desigualdades sociais e foi extinto após o 25 de abril (em 1977) e esta realidade continua a marcar profundamente as representações sociais (o que se esvai lentamente, à medida que esse referente deixa de existir, pela morte dos mais velhos).

A extinção do antigo ET é uma “conquista de abril”, o que leva sempre e ainda muita gente a perguntar-se: retomar e valorizar o EP não é andar para trás, regressar às medidas políticas de discriminação e voltar a mexer no saco das velharias do passado político e social? Não consiste em continuar a reproduzir as desigualdades de partida, agora com “novas roupagens”?

Ao nível das representações sociais ainda está muito presente a ligação quase automática entre “ensino técnico” e discriminação escolar e social, para o que contribuem várias medidas de política tomadas nos últimos 50 anos (como assinalarei brevemente).

2

Ao mesmo tempo e na mesma época pós-25 de abril, o “ensino liceal” não foi considerado como igualmente discriminatório e não foi extinto. Ele selecionava a elite dirigente, oferecendo um ensino mais abstrato, teórico e livresco, uniforme e desligado dos contextos de vida. Ora, este modelo liceal não só não foi extinto, como foi tomado como a referência para a edificação de todo o “novo” ensino básico e secundário do pós-25 de abril. Este grande enviesamento da política educacional foi debatido na altura, mas não suficientemente. Sobre esta herança que tanto nos condicionou até hoje muito pouca gente continua a refletir e falar. Compreende-se: como quem pensa e promove estas mudanças políticas educacionais são os “filhos do liceu”, as elites dirigentes do país, agir deste modo foi e tem sido sempre muito “natural”, de tão profundamente naturalizado que está este pensamento e esta visão da educação e do mundo entre todos, não apenas na elite.

3

Em 2004/05 foi realizada uma experiência piloto para preparar o lançamento do EP nas escolas secundárias. No entanto, sem esperar o decurso do processo, um novo governo, em 2005/06, tomou a decisão política de abrir cursos profissionais, de um ano letivo para o outro, em todas as escolas secundárias do país, de modo compulsivo.

Tal facto favoreceu o acordar em muitos antigos liceus (agora chamados escolas secundárias) do fantasma do antigo “ensino técnico” e criou uma nova oportunidade para desviar para esse “caixote do lixo” os alunos com fraco rendimento escolar no fim do ensino básico, com a vantagem desse caixote se situar na própria escola. A ação de limpeza ficava agilizada e naturalizada e conta, em muitos casos, com o apoio dos psicólogos de orientação escolar e profissional, funcionários do diretor de cada Agrupamento e ao serviço das suas diretrizes. Este facto permite discriminar e, ao mesmo tempo, assegurar a retenção no mesmo Agrupamento Escolar do bem mais precioso e cada vez mais escasso chamado alunos. O mesmo aconteceu nas antigas “escolas técnicas e comerciais”, que se apressaram a reproduzir o modelo do antigo “ensino técnico”. Ora, toda a carga de inovação educacional do novo projeto dos Cursos Profissionais/ Ensino Profissional, de 1989, que requeria a preparação de equipas/projetos capazes de erguer projetos novos e articulados com os contextos socioeconómicos, se desvaneceu e desvalorizou (um exemplo: quantas escolas secundárias com EP seguem o regime modular de ensino-aprendizagem-avaliação?) .

Isto não quer dizer que não tenha havido e não haja escolas secundárias que tenham erguido equipas/projetos de grande valorização do EP, e são felizmente bastantes. Mas a desvalorização de tudo o que não é “ensino regular” ganhou um novo impulso e conquistou um novo campo onde prosperam o preconceito e representações educacionais e sociais do passado.

4

Apesar da medida descrita no ponto anterior ter feito o seu imparável caminho (dando azo aliás a uma rede de ofertas de EP profundamente anacrónica e potenciadora da sua desvalorização), o Ministério da Educação, desde esses anos (2005/06), tem pactuado com uma segregação escolar que enfatiza ainda mais a desvalorização simbólica do EP. Assim, existem em muitos municípios e meios mais urbanos escolas secundárias onde o EP não entra, reassumindo estas escolas e a tutela o seu verdadeiro estatuto (escondido) de liceus. Outras há em que o EP existe, mas travestido de ensino quase geral, oferecendo um ou dois cursos de um tipo de EP muito “soft” (desporto, informática, etc.). Esta segregação escolar espelha e reproduz uma profunda segregação social que persiste vergonhosamente em Portugal (somos um país profundamente desigual, com 42% da população em risco de pobreza e exclusão social, antes das prestações sociais), havendo na mesma cidade escolas em que o número de alunos com ASE é da ordem dos 70% e onde a média de escolaridade das mães é 8 anos, ao lado de escolas, a escassas centenas de metros, onde a percentagem de alunos que beneficiam da ASE é de 20% e a escolaridade média das mães é de 15 anos (dados de 2019/20, no Porto).

5

Têm sido criadas pelo Ministério da Educação, ao longo dos anos, diversas ofertas educativas escolares, ditas de “cariz profissionalizante”, dirigidas especialmente a alunos do ensino básico e com insucesso escolar acumulado (CEF, PIEF, Cursos Vocacionais, ...), ofertas que enfatizam a ligação entre ensino profissional e insucesso escolar. Em vez de se cuidar de oferecer um outro tipo de ensino e formação promotor de cada um dos alunos, segue-se um modelo bastante rígido, abstrato, uniforme e uniformizador e desligado dos contextos de vida e de cidadania e para quem não se adapta ao modelo geral, este mesmo, incapaz de se reorientar e reorganizar, gera um submodelo para os incapazes e chama-lhe “profissionalizante” ou “vocacional” ou “profissional”. É ridículo e muito triste, mas é o que temos feito ao longo das últimas décadas, no seio do ensino básico.

6

O modelo de acesso ao ensino superior, que continua assente nos mecanismos de seleção e seriação promovidos pelo nível secundário geral e pelos exames nacionais de conclusão do ensino secundário, dificulta uma efetiva igualdade de oportunidades de acesso. Os diplomados pelo EP não só acabam por não contar com idênticas condições de acesso ao ensino superior, como são criados dispositivos legais de acesso dirigidos a este tipo de alunos, como por exemplo os “contingentes especiais”, que os minorizam diante dos seus colegas diplomados pelo ensino geral. Enquanto se mantiver este modelo, será difícil uma maior valorização dos cursos do EP.

Dimensão política geral

1

A elite dirigente do país (governos, deputados, dirigentes partidários e dirigentes da Administração Pública) acha que o EP é algo assim: “ah, sim, já estou a ver, sim, isso é bom para formar os torneiros, mecânicos, serralheiros e marceneiros de que o país tanto precisa”. Ou seja, o que se está a dizer é que é algo bom para os filhos dos outros”.

Nunca houve uma crença política alargada (a vários partidos/ideologias) e um apoio político e público sistemático (de todos os partidos e governos) em torno do EP (logo em 1995, na mudança de governo, houve muita hesitação em prosseguir este investimento...).

2

Desde 1992, nunca mais houve campanhas públicas e sistemáticas de informação/valorização do EP junto de todas as turmas do 9º ano, com apoio dos media, mormente da TV. Tem havido, num momento ou outro, alguns anúncios nos media. Sabemos quanto este tipo de ação pública, suportado em intervenções dos dirigentes políticos, representa na valorização do EP. Até existem campanhas governamentais profundamente inimigas do ensino profissional.

(um exemplo)

A pérola do preconceito

A campanha do Governo “Não desistas de ti”, em 2019.

Os Ministérios da Ciência e Ensino Superior e da Educação lançaram a campanha chamada "não desistas de ti". Ao analisar o “site” respetivo, pode ler-se, em letras gordas: "Hey, tu. Sim, tu. Tu podes fazer o que quiseres. A sério. Não porque és especial, porque tens um talento ou porque nasceste para isto. Mas porque sabes o que queres. E quando uma pessoa sabe o que quer tem algo para lutar. Por isso não baixes os braços e vai à luta. Escreve, desenha, faz e vive para contar. Insiste e persiste. Duvida de tudo, menos de ti. Não desistas de ti". Depois, clica-se em baixo, em "vou à luta", e entra-se numa página com uma listagem de cursos e de instituições, da DGESuperior.

É com esta frase-apelo que estes Ministérios lançaram uma campanha para atrair para o ensino superior os jovens que fazem cursos profissionais. Estes jovens eram, à época, cerca de 43% de todos os que frequentavam o nível secundário, se somarmos aos 35% que frequentavam os cursos profissionais aqueles que realizavam cursos de aprendizagem e cursos de ensino artístico especializado.

A campanha contém ainda um vídeo onde se diz que Portugal tem uma das mais altas taxas de abandono escolar e onde se escreve: "Os estudantes saem da escola e aceitam trabalho sem futuro e sem margem para progressão. E todos perceberam que ao deixar de estudar o seu futuro fica no vermelho. O futuro está nas tuas mãos. Não desistas de ti."

*Como é que isto foi possível, com apoio do Estado e através da TV, como é que foi possível dizer a milhares de jovens, que optaram por frequentar um curso profissional ou artístico e que querem ingressar para já no mercado de trabalho, mensagens como estas: **"estão a aceitar empregos sem futuro, sem margem para progressão, a vossa vida fica no vermelho!"**. E a pior mensagem de todas: **estás a desistir de ti!***

Quem o assume são dois ministérios, que ainda por cima não são o da agricultura e o das pescas, mas o da educação e o da ciência e ensino superior!

Ou seja, o preconceito contra o ensino profissional entre a elite dirigente do país é grave e profundo.

Dimensão socioeconómica

1

Se e sempre que se verificar que os jovens qualificados com o EP, ao entrarem nos mercados de trabalho o fazem com condições contratuais e laborais desvalorizadas (incluindo a mobilidade ascendente) e se encontram numa posição de não reconhecimento do seu “estatuto” de “técnicos intermédios” e discriminada em relação a outros profissionais, isso joga a favor de um desprestígio socioeconómico da qualificação EP.

Os mercados de trabalho jogam um papel crucial na valorização social do EP.

2

É ainda comum a falta de conhecimento e, sobretudo, de implicação de algumas associações empresariais e empresários no desenvolvimento e na valorização social do EP e dos seus jovens qualificados. Ainda se continua a ouvir dirigentes associativos e empresários a dizer que “antigamente é que era bom, quando havia escolas industriais que qualificavam os trabalhadores”. Isto é dito e redito num tempo em que cerca de 42% dos jovens alunos que estudam no nível secundário o fazem num percurso de tipo profissional, seja técnico seja artístico. No futuro e com o passar dos anos, esta representação poderá tender a perder relevância. Mas ela continua a fazer o seu caminho. O espaço público precisa de ser mais pensado-trabalhado não só como instância de reprodução de representações sociais, mas também como lugar da sua produção.

Em síntese:

A desvalorização e a valorização social do EP como parte integrante das representações sociais dos portugueses talvez não seja algo com que temos de “romper”, como se diz no tema deste painel. Não é um ato, é um processo que tem de estar povoado de múltiplos atos, de muito variados atores sociais, durante muito tempo, com foco, persistência e determinação. Temos de continuar a trabalhar todos os dias, em múltiplos domínios, sabendo-nos produtos e produtores da construção de sentido sobre e da própria realidade do ensino profissional.

Há muito trabalho a fazer para valorizar o EP no espaço público, desde cada sujeito (a começar talvez pela linguagem e pelas palavras que escolhe), passando por cada governo (que podia fazer muito mais pela valorização do EP), até às escolhas políticas dos partidos ou da Assembleia da República sobre a educação e o ensino de nível secundário. Mas esse não é o tema de hoje.

Fica aqui o meu contributo.
Obrigado.

Joaquim Azevedo
25 de outubro de 2024